

UM OLHAR SOBRE A LEITURA E A ESCRITA NA CULTURA ESCOLAR DE MATO GROSSO (1837-1889)

Ana Paula da Silva Xavier – UFMT
Nicanor Palhares Sá – UFMT

A presente comunicação consiste em apresentar um estudo referente à história das disciplinas escolares, notadamente, Ler e Escrever, em Mato Grosso, sob o viés da cultura escolar. O objetivo desse trabalho versa em averiguar quais finalidades educacionais estavam por trás do ensino da leitura e da escrita, ministrado nas escolas primárias, e conhecer os hábitos que estavam sendo inculcados no cotidiano escolar, na intenção de reconstituir as práticas escolares manifestadas no interior da escola.

A pesquisa baseia-se em alguns dos teóricos da História Cultural que se debruçam sobre temas ligados à História da Educação. A contribuição da abordagem sobre *história das disciplinas escolares* desenvolvida por Chervel, a noção de *cultura escolar* abordada por Julia, o conceito de *práticas e representações* pensado por Chartier, bem com a definição de *estratégias e táticas* apresentada por Certeau. Esses autores auxiliaram no processo de interrogar sobre o desafio das práticas e do cotidiano escolar na dimensão histórica.

Atualmente, a investigação da *História das Disciplinas Escolares* tem se constituído num novo campo de pesquisa que busca explicações para as mudanças ocorridas numa disciplina ao longo do tempo, possibilitando a identificação de fatores diretamente ligados às mudanças de conteúdos e métodos de ensino que, conseqüentemente, ressoam em mudanças no currículo. Não se pode negar a relação entre o currículo e as matérias que o compõem. Contudo, a história das disciplinas escolares e a do currículo não se confundem, uma vez que a primeira estuda as *matérias de ensino*, em suas particularidades, a formação e o desenvolvimento de cada disciplina escolar, permitindo a compreensão do papel e importância que elas assumem, principalmente na definição das orientações mais gerais do ensino. Já a segunda abarca a análise do conjunto das disciplinas, compreendendo a análise de questões complexas, desde as idéias sobre o currículo, aos processos de sua elaboração, interpretação, aplicação e avaliação (SAVIANI, 1994, p. 37-55).

O crescimento desse novo campo de pesquisa está ligado ao processo de transformação curricular ocorrido entre os anos de 1970 e 1980, “[...] momento em que se repensava o papel da escola em suas especificidades e como espaço de produção de saber e

não mero lugar de reprodução de conhecimentos impostos externamente”. Nesse período de discussão e mudanças, a história da educação passou a se aproximar de outros campos de investigação, em especial, da história social, que, por sua vez, aliava-se aos conceitos antropológicos de cultura. Isso ocorreu na busca de novos caminhos para responder às indagações que se acumulavam, como por exemplo, as referentes às relações entre educação e sociedade, educação e poder. Essa aproximação “[...] resultou ou tem resultado, em renovação para a história da educação que tem ultrapassado análises limitadas às ações do Estado como principal e, por vezes, agente exclusivo das transformações educacionais” (BITTERCOURT, 2003, p. 11, 13). A partir de então, as análises históricas passaram a focar os agentes da escola, principalmente professores e alunos, na tentativa de se chegar mais próximo da prática desencadeada no interior da escola.

De acordo com Chervel (1999, p. 184), a história das disciplinas escolares pode exercer papel importante na compreensão tanto da história da educação como da história cultural.

A expressão *disciplinas escolares* designava, até o final do século XIX, “[...] vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem [...]”. Os termos mais utilizados nos textos oficiais da época eram: *objetos, partes, ramos, matérias de ensino, conteúdos de ensino*. No fim da segunda metade do século XIX, o verbo *disciplinar* se propagou como *ginástica intelectual*. Essa nova acepção da palavra surgiu de uma corrente de pensamento pedagógico em estreita ligação com a renovação das finalidades do ensino primário e secundário. Após a I Guerra Mundial, a expressão *disciplina escolar* foi perdendo a força e passou a designar rubrica que classificava as matérias de ensino, que conhecemos atualmente (CHERVEL, 1999, p. 177-180) [grifo do autor].

Dessa forma, faz-se importante ressaltar que o presente trabalho possui como alicerce a história das disciplinas escolares, contudo são mantidas, também, as expressões *matérias de ensino* e *conteúdos de ensino* por terem sido frequentemente utilizadas no período imperial brasileiro, em especial, na província de Mato Grosso.

A discussão de Chervel sobre a relação existente entre disciplinas escolares e finalidades educativas consiste em afirmar que o ensino ministrado na escola não se desvincula de interesses oriundos da sociedade. Isso porque, uma disciplina escolar “[...] comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina” (CHERVEL, 1999, p. 184).

Intrinsecamente atrelada à história das disciplinas escolares, aqui adotada está a concepção de cultura escolar atribuída por Julia. De acordo com esse pesquisador, o estudo da cultura escolar é possível através da análise das relações conflituosas ou pacíficas que, a cada período da história, ocorrem no interior da escola, por meio do conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Dessa forma, Julia descreve cultura escolar como “[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas” (JULIA, 2001, p. 10, grifos do autor).

Para respaldar essa noção, o autor afirma que ao investigar as normas e finalidades que regem a escola não se deve limitar ao estudo dos textos reguladores. Insiste em dois pontos relevantes para o desenvolvimento da temática: “[...] os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p.19).

Com base no conceito de *representação* de Chartier (1988), é possível observar que as representações do mundo social são expressas nos discursos políticos contidos na documentação oficial: legislações, relatórios e ofícios de dirigentes locais.

O estudo de Certeau (1996) auxilia na reconstituição histórica da cultura escolar primária da província de Mato Grosso ao fornecer base explicativa que ajuda a elucidar as práticas cotidianas da escola, com o intuito de compará-las e até mesmo contrapô-las às idealizadas pelas normas instituídas pela legislação. Segundo o autor, ao se estudar o cotidiano, faz-se necessário deslocar o olhar dos grandes homens da história, para o homem comum, possibilitando a reconstituição da maneira de fazer ou arte do fazer das práticas construídas no dia-a-dia.

Nessa pesquisa, o homem comum é entendido como agente direto e indireto de ensino, respectivamente, professores, alunos e dirigentes políticos. A *maneira de fazer* ou *arte do fazer* é compreendida como a forma pela qual os agentes educacionais se apropriaram ou reapropriaram das normas impostas e produziram novas práticas cotidianas na Instrução Pública Primária em Mato Grosso.

Quanto à delimitação cronológica, foi eleito o período compreendido entre a vigência das legislações educacionais do Império, desde a 1ª Lei Provincial de Mato Grosso, instituída em 1837 – que assinala o início das diretrizes traçadas pelo governo local em

relação à organização do sistema público de ensino –, até o Regulamento da Instrução Primária e Secundária, promulgado em 1880, que esteve em vigor até o ano de 1889, marcando não só o encerramento de um regime político, como situando uma década de calorosas discussões referentes às práticas de alfabetização. Essa demarcação histórica não tem por objetivo estabelecer com exatidão o início e o fim do fenômeno de alfabetização no período imperial, mas apenas situá-lo temporalmente, considerando-o num tempo longo de dimensão macro do processo de escolarização, sem deixar de privilegiar a dimensão micro das práticas do ensino da leitura e da escrita no cotidiano escolar.

Dentre a baliza temporal delimitada encontram-se diversos dispositivos normativos instituídos no período imperial. Contudo, a presente pesquisa destaca dois momentos que definiram diretrizes para as disciplinas escolares. O primeiro caracterizou-se pela implantação das disciplinas escolares através da Lei nº 8, de 5 de maio de 1837, regulamentada em 30 de setembro de 1854. O segundo consistiu-se em uma reestruturação desencadeada no ano de 1873 por meio do Regulamento Orgânico da Instrução e, em seguida, pelo Regimento Interno das Escolas Públicas de Instrução Primária (SÁ e SIQUEIRA, 2000).

Ao considerar a análise da legislação na reconstituição as práticas escolares manifestadas no interior da escola mato-grossense, este estudo empenha-se em cotejá-la com dados disponíveis em relatórios de presidentes, inspetores da Província e diretores da instrução, em ofícios e jornais de época, assim como em mapas escolares elaborados por professores e exercícios escolares produzidos por alunos. Tais documentos encontram-se depositados nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR); o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM), que abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT); e a Academia Mato-Grossense de Letras (AML). Muitas dessas fontes, apesar de apresentarem discursos políticos, também evidenciam diversos aspectos do cotidiano escolar capazes de elucidar a história das disciplinas escolares, em especial, da leitura e da escrita. Essa análise histórica é também subsidiada por bibliografias, que proporcionaram respaldo para as inferências, apreciação e considerações tecidas no decorrer da investigação.

A organização dos resultados desta investigação segue três eixos temáticos considerados relevantes para o estudo da história do ensino da leitura e da escrita, empreendida na cultura escolar de Mato Grosso no período Imperial. No primeiro, interessa-se por estudar as disciplinas escolares ministradas na Província, investigando a

organização do sistema de instrução pública primária mato-grossense, palco da primeira fase de escolarização, a fim de se estabelecer relação entre a escola e as finalidades educativas advindas da sociedade, discutindo quais interesses estavam por trás do discurso de se derramar a instrução pública – que significava expandir o ensino – e alfabetizar o cidadão da nova Nação, para que se difundir, a partir daí, os encaminhamentos de ordem política e pedagógica conferidos pelos dirigentes na organização do sistema de instrução pública primária e no processo de constituição do ensino da leitura e da escrita na escolarização (MATTOS, 1987; SIQUEIRA, 2000).

Nessa medida, a representação social da alfabetização e do alfabetismo no século XIX torna-se importante para se compreender a configuração do ensino dessas disciplinas escolares, uma vez que a sociedade considerada profundamente oralizada deveria adequar-se à cultura escriturária (FARIA FILHO, 2002). O vínculo ideológico estabelecido entre Estado e Igreja também é destacado para se entender a difusão do ideário de Estado-Nação e a intenção de formação escolar moralizadora e doutrinária (TAMBARA, 2003-a; 200-b). Por fim, interessa-se pelo recrutamento dos professores, uma vez que esses eram considerados os agentes do Estado que mais atuavam junto à população e que deveriam atender aos interesses do Governo Imperial (SILVA, 2000; SIQUEIRA, 2000).

No segundo eixo é desenvolvido um estudo referente a cultura material escolar da instrução pública primária de Mato Grosso, evidenciando a forma de organização do espaço físico e simbólico destinado à educação escolar, assim como as condições materiais das mobílias e dos materiais didáticos utilizados no processo de escolarização. A noção de cultura material escolar situa-se como parte integrante da cultura escolar, que, por sua vez, é importante para a compreensão não só dos elementos materiais da instrução pública de Mato grosso, mas também da escolarização primária (VEIGA, 2000). Questiona-se sobre quais desafios materiais e práticos a escola mato-grossense teve que enfrentar, ao longo do século XIX, no ensino da leitura e da escrita (VIDAL, 2004). Essa questão é discutida por meio de uma abordagem centrada nos aspectos físicos e simbólicos do espaço escolar, assim como a caracterização do mobiliário e dos utensílios idealizados na época. Dentre estes últimos, mereceram destaque os materiais didáticos, como livros (literatura infantil e livros didáticos) de circulação nacional que tiveram ressonância em Mato Grosso, bem como cadernos e papéis, que, por estarem intimamente ligados à prática de alfabetização, possibilitam a verificação de indícios do cotidiano escolar.

No terceiro eixo, procura-se evidenciar os conteúdos ensinados e as práticas de alfabetização desencadeadas no interior da escola primária do século XIX. Para ampliar o

entendimento dessas ações pedagógicas, analisa-se a adoção e a operacionalização de métodos de ensino manifestados no sistema escolar mato-grossense (BASTOS; FARIA FILHO, 1999).

No que se refere aos métodos de leitura, os debates sobre os modelos e as concepções de leitura e escrita que estavam em voga no século XIX são importantes para dimensionar a diversidade de termos e sua classificação (MICOTTI, 1970; MORTATTI, 2000). Apesar da predominância do método de soletração nas escolas de primeiras letras da província local, em todo o século XIX, as mudanças ocorridas no ensino do Brasil, inclusive na província mato-grossense, a partir de 1870.

Com o intuito de estabelecer uma relação entre o que era transmitido através do conteúdo escolar e o que estava sendo inculcado na prática cotidiana, é realizada uma abordagem sobre a *apropriação* ou *reapropriação* realizada pelos alunos diante dos métodos e dos conteúdos de ensino que lhes eram impostos no cotidiano escolar, os quais foram expressos nos exercícios (CERTEAU, 1996). A partir daí, torna-se possível discutir as finalidades educacionais da época e as práticas vivenciadas na instrução pública primária mato-grossense.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar produções escritas de alunos de primeiras letras do século XIX, em forma de exercícios escolares realizados em folhas de papel avulsas. Essas produções forneceram uma amostra de quais conteúdos estavam sendo aplicados na prática escolar de Mato Grosso nesse período. Observa-se nos registros dos alunos que, o conteúdo moralizador e doutrinário estiveram presentes no interior da escola, com a intenção de cumprir o papel de instruir e educar. Porém, não se sabe, ao certo, quais os desdobramentos práticos das mudanças ocorridas no ensino a partir da década de 1870, pois os exercícios encontrados são datados de 1871.

As mudanças ocorridas no ensino do Brasil, inclusive na província mato-grossense, a partir de 1870, apontam para uma renovação no ensino por meio do Método Intuitivo, possibilitando a compreensão da concepção e da organização do ensino expressas nos livros escolares, que passam a fazer parte da prática escolar de Mato Grosso no final do século XIX.

Os livros de leitura, praticamente inexistentes na primeira metade do século XIX, passaram a ser mais frequentes no último quartel de oitocentos e ter menor teor de conteúdos doutrinários e moralizadores. Os livros de leitura (1º ao 4º) e de Gramática elaborados por Abílio César Borges apontavam práticas do ensino intuitivo nas escolas

primárias de Mato Grosso. Esses livros exerceram predomínio no universo da alfabetização nas escolas públicas mato-grossenses, no final do século XIX.

Os debates educacionais realizados no final desse período passaram a defender a adoção do modelo de escrita impressa, também conhecida como escrita vertical, demonstrando, assim, uma renovação no modelo de escola existente até aí, ou seja, já expressava a racionalidade e a modernidade consolidada no período republicano.

Assim, no final do período provincial, pôde-se assistir progressivamente a uma preocupação com as formas de leitura e de escrita que constituíam os primeiros anos da escolarização, porém o conteúdo moral era, sem dúvida, o que mais interessava. Observa-se que essa cultura de conservação dos preceitos morais e religiosos nos textos escolares ultrapassou as barreiras cronológicas nesse século. O vínculo entre Estado e Igreja foi gradativamente fragilizado pela laicização do ensino, em especial, com as reformas de ensino republicanas.

Ademais, o cotidiano da instrução primária da província de Mato Grosso sempre ofereceu “brecha” para a operacionalização de subversão silenciosa na cultura escolar que lhe era imposta. Embora o Governo Imperial formulasse diversas estratégias para inculcar nos educandos conteúdos de cunho moralizador e doutrinário, o cotidiano da escola primária de Mato Grosso contava com subversões silenciosas diante das condições materiais da instrução pública, da formação dos docentes e da administração da Província.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. 280 p.

BITTERCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tobarda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Orgs.). **História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p.9-38 (Estudos CDAPH, Série Historiografia).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 2 ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1996. 351 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Revista Teoria & Educação**. Porto Alegre-Rs, n. 2, p. 177-229, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 143-162. (Linguagem e educação).

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Trad. de Gizele de Souza. n. 1, p. 9-38, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. A formação do povo. In: **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987. (Estudos Históricos).

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. Métodos de Alfabetização e o processo de compreensão. In: **Arquivos Rioclarense de Educação**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro-SP, n. 01, p. 47-87, 1970.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo 1876/1994. São Paulo: Unesp; CONPED, 2000. 372p.

ROSA, Elizabeth Pippi. **Cartilha do dever e a instrução pública em Mato Grosso nas primeiras décadas republicanas (1891 a 1910)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação, UFMT, Cuiabá, 2003. 78p.

SÁ, Nicanor Palhares. Os elementos materiais da cultura escolar. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO 2002 - Relações Raciais e Educação: cidadania e diversidade no século XXI. **Anais...** Cuiabá-MT: EDUFMT, 2002-a. p.86-87.

_____; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000. 203 p.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas-SP: Autores Associados, 1994. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Elibateth Figueiredo de Sá Poubel e. **Escola Normal de Cuiabá (1910-1916)**: contribuição para a história da formação de professores em Mato Grosso. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000. 120 fl.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras**: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

TAMBARA, Elomar. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Orgs.). **Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (século XIX – XX)**. Pelotas-RS: Seiva, 2003-a. p. 95 – 116.

_____. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil.** Pelotas-RS: Seiva, 2003-b. 292p.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, **Anais...** Rio de Janeiro: SBHE, 2000. 1 CD.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Modos de ler/formas de escrever:** estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 87-116.

_____. **Culturas escolares:** estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Tese (Livre-Docência)- Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.